

SESSÃO ORDINÁRIA Nº. 1.109/2026

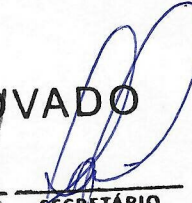
Aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, reuniu-se ordinariamente na Sala de Sessões, o Poder Legislativo Franciscano, às dezenove horas, sob a presidência da vereadora **Isabel Vendruscolo**, sendo secretariada pela vereadora **Simara Saquet Schio**. Constatando-se a presença de todos os vereadores e, portanto, havendo número regimental, a Senhora Presidente invoca a proteção Divina para esta Casa, declara aberta esta sessão ordinária e coloca em discussão a ata sessão anterior. Nada havendo a ressaltar a Senhora Presidente coloca a mesma em votação que foi aprovada por unanimidade. Neste momento a **Senhora Presidente** diz que temos na pauta do dia 03 Projetos de Lei, uma Emenda Modificativa e 01 Pedido de Providências. Na sequência a Senhora Presidente pede à secretária que faça a leitura da **Emenda Modificativa nº. 01/2026** que *modifica incisos do Projeto de Lei nº. 23/2026*. Feita a leitura e nada havendo a acrescentar a mesma foi colocada em votação que foi aprovada por unanimidade. A seguir a Senhora Presidente pede à secretária que faça a leitura da mensagem nº 19/2026 e do **Projeto de Lei nº. 23/2026** que *autoriza a concessão de anistia de juros e multas aos contribuintes em débito, inscritos em dívida ativa ou em execução judicial*. Nada havendo a discutir o mesmo foi colocado em votação e aprovado por unanimidade, com as alterações dada pela Emenda. Em andamento aos trabalhos a Senhora Presidente pede à secretária que faça a leitura da mensagem nº 22/2026 e do **Projeto de Lei nº. 26/2026** que *autoriza a contratação temporária e emergencial de 03 serviços gerais para a secretaria de Assistência Social para o programa Prato Gaúcho*. Feita a leitura o mesmo foi colocado em discussão. Fazendo uso da palavra o vereador **Renato** diz que no projeto não consta pra quanto tempo será o contrato e onde vai ser feita estas refeições. Em resposta o vereador **Milton** diz que o prazo deve ser conforme a lei dos contratos que é de um ano podendo ser prorrogado para mais um ano. Para dar andamento neste programa é preciso um nutricionista, um cozinheiro, um auxiliar de cozinha e um serviço geral. Se aprovarmos este projeto não teremos pessoas qualificadas para o funcionamento, vai ficar faltando pessoal. Fazendo uso da palavra o vereador **Luiz Carlos** diz que procurou o secretário de Assistência que relatou a necessidade de cozinheira, auxiliar de cozinha e serviços gerais e no projeto trás apenas serviços gerais e com o salário bem abaixo do mínimo o que não terá meu apoio. Este programa vai dar muita dor de cabeça para o administrador. O programa vai até o final do ano e se houver a troca de governador quem garante que o programa vai continuar. Depois que você cria um programa destes quer ver parar e não adianta alegar que o programa não existe mais que as pessoas não vão entender. Também já debatemos muitas vezes que não aprovaríamos projetos de contrato com menos de um salário mínimo, porque não há motivação para o servidor desenvolver um bom trabalho. Fazendo uso da palavra a vereadora **Simara** diz que faz suas as palavras do colega Luiz Carlos que não aprovaríamos nenhum projeto com menos de um salário mínimo e nossa maior preocupação será de quem irá bancar os custos destes contratos se o programa terminar? Por isso serei contra este projeto. Fazendo uso da palavra a **Senhora Presidente** diz que pra que o projeto venha com o valor de um salário mínimo precisamos mudar a lei e o Projeto de adequação da Lei ainda não colocado em pauta porque faltava o estudo do impacto orçamentário do Projeto de Lei que reajusta o valor da servente da câmara. Na próxima sessão o projeto será colocado em votação e estes contratados pelo PSS já terão o reajuste automático, conforme a própria Lei prevê. Quanto ao possível cancelamento do programa Prato Gaúcho, o município pode o não continuar, a seu critério, pois não possui obrigação em dar seguimento a este programa, vez que é um programa do Estado. Em aparte o vereador **Luiz Carlos** pede se os contratados se negarem a cozinhar, por exemplo? Em resposta a **Senhora Presidente** diz que não poderão se negar a fazer as atribuições, que não é o nome do cargo que define a funções, mas sim o que consta nas atribuições. O Vereador **Luiz Carlos** pede se o contratado não souber fazer a comida. Em resposta a vereadora **Isabel** diz que se não souber a Administração tem a discricionariedade de não continuar com o funcionário, desde que respeitada as normas de exoneração do servidor público. O vereador **Luiz Carlos** diz que o cozinheiro e auxiliar de cozinheiro deveriam ter um curso pra poder atuar no programa. Em resposta a **Senhora Presidente** diz que é demasiado pedir que quem vai fazer a comida tenha curso, até porque as próprias merendeiras das escolas, que executam o

cardápio da merenda escolar, não é exigido curso, e que no Programa Prato Gaúcho também haverá uma nutricionista para atender com qualidade as pessoas mais vulneráveis. Novamente com a palavra o vereador **Luiz Carlos** diz que vou rever o caso e tomar uma decisão. Com a palavra o vereador **Rodrigo** diz que não podemos deixar de aprova um projeto bom desses. Com a palavra a **Senhora Presidente** diz que é uma pena deixar passar um programa destes. Com a palavra a vereadora **Roselene** diz que não vejo em nosso município tantas pessoas precisando desta alimentação. E, por isso, peço vistas ao projeto que lhe é concedido pela Mesa Diretora. Novamente com a palavra o vereador **Luiz Carlos** diz que nós temos mais de duzentos beneficiários do bolsa família e destes tem que selecionar 100 para receber a alimentação e como isso será feito? Em resposta a **Senhora Presidente** diz que deverá ser feita uma seleção dos mais carentes entre os beneficiários. Neste momento o vereador Rodrigo pede vistas ao projeto para analisar melhor o que lhe é concedido Pela Mesa. Dando andamento aos trabalhos a Senhora Presidente pede à secretária que faça a leitura da mensagem nº 24/2026 e do **Projeto de Lei nº 28/2026** *que autoriza o Poder Executivo contratar, em caráter emergencial, um licenciador ambiental*. Feita a leitura o mesmo foi colocado em discussão. Fazendo uso da palavra o vereador **Luiz Carlos** diz que não podemos ficar sem um licenciador ambiental e por isso sou a favor. Feita a discussão a Senhora Presidente coloca o mesmo em votação que é aprovado por unanimidade. Em seguida a Senhora Presidente pede à secretária que faça a leitura do **Pedido de Providências nº 12/2026**. Feita a leitura a Senhora Presidente diz que o mesmo será encaminhado ao Prefeito Municipal. Esgotada a pauta do dia passamos às explicações pessoais. Fazendo uso da palavra o vereador **Renato** cumprimenta todos os presentes e diz que na sessão passada teve muita discussão a respeito de supostas irregularidades que logo serão esclarecidas. Votamos a favor dos projetos sempre pensando no bem do município, mas sempre cobrando para que a administração tenha o maior número possível de concursados para o bem do FUNDO dos aposentados e pensionistas do município. Quanto a questão do meu pedido de providências se realmente estão repondo as lâmpadas que façam com mais agilidade porque as pessoas nos cobram e nós estamos aqui para defender nossos munícipes. Na comunidade da Linha Grande o pessoal paga os impostos inclusive de iluminação pública e não tem, por isso estamos sempre cobrando. Quanto as acusações da Presidente desta Casa sobre a administração anterior eu gostaria da cópia destes documentos mostrados na sessão passada. O que sei é que o ex-prefeito Carlos continua em dívida ativa e quanto ao ex-prefeito Olavo deverá se manifestar em breve pra esclarecer. Procuramos sempre trazer questões claras para não deixar dúvidas. Fazendo uso da palavra a vereadora **Roselene** cumprimenta todos os presentes e parabeniza a Ariane Gassen Vargas e sua equipe pelo maravilhoso Museu arqueológico instalado em nossa cidade. Um projeto que será notícia para o Brasil inteiro senão para o mundo. Parabéns a família de Albino Marzari que foi homenageado com o nome do Museu de Museu Arqueológico Albino Marzari, que foi o local onde foram achados quase todos os vestígios dos antepassados destas terras. Fazendo uso da palavra o vereador **Luiz Carlos** cumprimenta todos os presentes e parabeniza a Ariane Vargas e sua equipe por esse maravilhoso projeto. Devido a enchente histórica que tivemos em 2024 apareceram vestígios de habitantes nestas terras, bem antes da vinda dos imigrantes e com a capacidade desta profissional conseguiu trazer este belo museu para nossa cidade. Agradecer a administração que não mediu esforços para que este projeto se realizasse. Agradecer também ao secretário de obras que está consertando os trechos mais ruins de nossos calçamentos. Quanto a questão da iluminação peço um pouco de paciência, estão sendo repostas e são lâmpadas com garantia de uma grande durabilidade. Aos poucos as coisas vão acontecendo e todos serão atendidos. Fazendo uso da palavra a vereadora **Simara** cumprimenta todos os presentes e parabeniza a Sra. Ariane Vargas por esse excelente trabalho, ouvi inúmeros elogios. O local onde foi feito ficou encantador. Falei com pessoas da universidade que disseram que vão precisar muito de nossa ajuda, nosso apoio. A ideia deles é trazer alunos para o local para estudos e vão precisar principalmente de transportes. Este museu é histórico e vai alcançar o mundo e colocar Dona Francisca no roteiro do turismo da região, do país e do mundo. Fazendo uso da palavra a **Senhora Presidente** cumprimenta todos os presentes, parabéns a Ariane e sua equipe pelo excelente trabalho na criação deste museu



em nossa cidade. Na questão discutida na sessão passada aqueles papéis que mostrei aqui já foram encaminhados aos órgãos competentes e quem quiser cópias podem usar das mesmas prerrogativas que eu possuo como vereadora e ir atrás, seja na Prefeitura ou em outro local. O meu dever é trazer a verdade ao povo, é a ele, aos munícipes que eu tenho a obrigação de comprovar. Quanto a dívida ela não existe mais, já prescreveu, ou seja, caducou. O problema é que alguém foi perante ao juiz dizer que este dinheiro havia entrado nos cofres públicos. Algum tempo depois, praticamente um ano após terem falado que a dívida tinha sido quitada, o juiz comunicou ao município que o processo seria incinerado, queimado e novamente confirmaram o recebimento deste valor, sem ter nenhuma prova de que este dinheiro realmente entrou nos cofres públicos. Outra questão que também quero esclarecer: O procurador deste município, quando foi absolvido das acusações, e apto a voltar ao trabalho, solicitou ao prefeito Olavo para retornar ao trabalho, o qual lhe foi negado. E por quê lhe foi negado? Porque que este mesmo procurador é que cobrava na justiça esta dívida, que hoje ultrapassa 230 mil. E se ele votasse ele ia informar que esta dívida não estava paga e o Município não ficaria no prejuízo. Quando o prefeito Saul assumiu e o procurador retornou às suas atividades, achou várias irregularidades. A administração anterior pagou em duplicidade o valor de 58 mil, como já falei. Agora deixou de receber 230 mil. Também em quatro anos deixou de arrecadar em tributos, deixou caducar R\$ 80 mil em tributos. Contribuintes deixaram de pagar para o município. Por enquanto já levantamos um prejuízo de 368 mil reais aos cofres públicos. No entanto nesses quatro anos foi feita somente uma execução, e sabem de quem? Pasmem, do adversário político, à época ex-prefeito, Saul Dal Forno Reck. Esse eles não se esqueceram, não deixaram de cobrar, mas de um correligionário político os esqueceram de cobrar. Estes 80 mil reais que deixaram prescrever, vai ser cobrado dos responsáveis, em quem vai respingar não sei se será no funcionário ou no administrador. E vou trazer mais aqui pra vocês, trabalhos pagos e não executados, vou trazer valores e provas. Isso foi o que conseguimos até agora e que pode ter mais que tenha ido pro fogo. Foram 368 mil que se perderam, é muito dinheiro. Vamos ver agora em quem vai cair a responsabilidade daqueles que deixaram prescrever ou daqueles que disseram que tinham recebido. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a sessão ordinária e eu secretária lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pela presidente.

APROVADO

PRESIDENTE 
SECRETÁRIO